

# O branco e o outro:

## Comunidades brancas e reprodução social em Campo Grande, Rio de Janeiro (século XVIII)

The White and the otherness: white communities and social reproduction in Campo Grande, Rio de Janeiro (18th century)

JERÔNIMO AGUIAR DUARTE DA CRUZ

Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ)

[jeronimoadc@gmail.com](mailto:jeronimoadc@gmail.com)

---

**RESUMO:** Este artigo busca analisar a formação de comunidades de parentesco de famílias socialmente brancas, residentes ao redor dos engenhos de açúcar da freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, ao longo do século XVIII. Estuda seus comportamentos matrimoniais, seus critérios de legitimidade e as estratégias de reprodução social sobre a terra. Acredita-se que suas escolhas buscam preservar sua qualidade social e se afastar de comunidades pardas e pretas.

**PALAVRAS-CHAVE:** lavouras de cana; hierarquias sociais; comunidade rural

**ABSTRACT:** This article seeks to analyze the making of kinship communities formed by socially white families, living around the sugar mills of the parish of Campo Grande, Rio de Janeiro, throughout the 18th century. It studies its marital behaviors, its criteria on legitimacy and the strategies of social reproduction on land. It is believed that their choices seek to preserve their social quality and move away from brown and black communities.

**KEYWORDS:** sugarcane plantations; social hierarchies; rural community

## Introdução

A monarquia portuguesa do período moderno é caracterizada por um fluxo migratório contínuo. Ao longo dos séculos, levas de homens saíram do Reino de forma generalizada em direção ao Brasil. No século XVIII, a coisa explode com a descoberta do ouro nas Minas Gerais. Entre 1700 e 1760, as capitanias do Estado do Brasil teriam recebido mais de 600 mil portugueses (SERRÃO, 1992). De modestas proporções demográficas, Portugal tinha nas regiões do norte do território os contornos mais graves para essa evasão particularmente masculina (SCOTT, 1999, p. 35).

A historiografia recente tem alertado que ser branco na América ibérica não coincidia necessariamente com a cor da pele (RAPPAPORT, 2014; PAIVA, 2015; FERREIRA, 2008). No entanto, este artigo procura verificar de que maneira se pode falar de comunidades brancas no rural carioca e qual o papel do fluxo populacional de portugueses e açorianos na formação dessas parentelas em meados do século XVIII. Nas longínquas terras de Campo Grande, os bairros, igrejas e canaviais eram repletos de seus parentes, compadres e afilhados. Muitas dessas famílias habitaram a região por décadas. Sua importância era tão significativa que, durante o século XVIII, os engenhos de açúcar cariocas parecem ter sido alimentados por cana produzida nessas pequenas e médias unidades familiares escravistas.

Importante dizer que quando falamos de uma área rural carioca colonial nos referimos aos atuais bairros do subúrbio como Jacarepaguá, Campo Grande, Bangu, Irajá ou Realengo, conhecidos à época como termo da cidade do Rio de Janeiro. Distante dos becos fervilhantes das freguesias urbanas, tal ambiente era tomado por fazendas, engenhos e sítios. Nos sertões e matos virgens era possível ver onças, veados, tamanduás, preguiças e vários tipos de macacos circulando livremente. Trata-se de uma

área rural. Boa parte da vida dos homens e mulheres se concentrava nas labutas das plantações e nos movimentos de boiadeiros e viandantes que transitavam pelas estradas que cortavam suas terras.<sup>i</sup>

Em trabalhos recentes afirmamos que as lavouras de cana cariocas eram marcadas por forte presença da mestiçagem. Famílias chefiadas por pardos e pardas controlavam importantes fatias de terras, delineando traços de liderança local no interior de amplas comunidades mestiças. As famílias de pardos tinham seus sobrenomes reconhecidos localmente, acessavam e transmitiam terras de modo que sua existência é fundamental para compreensão desse universo açucareiro. Eram as *terras de pardo* (CRUZ, 2020). O atual trabalho procura aprofundar o estudo desse ambiente rural, mas agora trazendo para o primeiro plano a presença de comunidades de parentesco socialmente brancas.

Branco era uma qualidade social que dificilmente aparecia na documentação da região. Quando alguém era branco, o escrívão simplesmente não anotava nada sobre a cor ou condição jurídica do indivíduo. Era o costume local. Por outro lado, não raro, mencionava a qualidade de pretos e pardos forros. Deve-se destacar que essas qualidades não eram engessadas, em especial entre os pardos. Eles podiam ser classificados como brancos eventualmente. No entanto, neste trabalho as comunidades de parentesco que chamamos socialmente brancas nunca tiveram nenhuma menção à cor preta ou parda em toda a sua parentela. Nunca oscilaram. Sempre foram consideradas socialmente brancas. Tentaremos entender suas especificidades.

Neste texto, nos valem da contribuição metodológica da micro-história. Procuramos descer à complexidade do cotidiano, buscando analisar os indivíduos e suas famílias em constante interação social. Ao mergulhar nas fontes e em um ambiente circunscrito, podemos identificar tais agentes atuando em diversos papéis. Com a escala de análise reduzida é possível identificar suas estratégias familiares, econômicas e políticas a fim de

responder às pressões e incertezas da vida, sempre em perspectiva relacional frente aos demais segmentos sociais (GRENDI, 2009; LEVI, 2000).

Isto não quer dizer que tal perspectiva ignora as questões em escala global (LEVI, 2019; VRIES, 2019; CONRAD, 2019). Não ignoramos a expansão do mercado do açúcar em fins do século XVIII, pós-Haiti (BARICKMAN, 2003). Pelo contrário, buscamos analisar como uma pequena região da monarquia portuguesa respondeu a esse cenário. Neste contexto, a freguesia de Campo Grande aparece como cenário para a circulação de gentes com valores de várias partes do globo. Notamos instituições do Antigo Regime português, mas atravessadas por valores de outras partes do mundo, de comunidades autóctones e dos mencionados plebeus vindos do Reino.

Os engenhos cariocas aparecem, portanto, como um conglomerado social (FRAGOSO, 2010) onde viviam nobres, comerciantes, portugueses plebeus, pardos livres, pardas solteiras, pretos de Angola e Benguela, indígenas, cativos, senhores de engenho, lavradores de cana, mercadores, etc. Usaremos esse ambiente para testar os processos globais mencionados, mas atentos às ressignificações dos agentes em solo carioca. Ainda que as histórias aqui contadas nos sirvam como suporte para história regional do Rio de Janeiro, estamos preocupados em analisar como os processos globais de mestiçagem e de crescimento da economia açucareira podem ter sido vividos ao rés do chão.

Nesse cenário, esse texto problematiza a formação de comunidades de parentesco socialmente brancas no Rio de Janeiro. Como elas se constroem, se reinventam e preservam a diferença em relação aos *outros* no ultramar (XAVIER; SILVA, 2016).

## As famílias e os bairros rurais

Os lavradores de cana em Campo Grande tinham várias origens e cores. Podemos demonstrar isto em números. Através da técnica de reconstrução de paróquia (AMORIM, 1991), identificamos a naturalidade dos chefes de domicílio no ano de 1797. Os nascidos no Reino e nos Açores contavam cerca de 15% do contingente identificado. Por outro lado, a mesma metodologia também indicou as qualidades sociais desses lavradores, demonstrando que mais de 20% dos domicílios eram chefiados por pretos e pardos. Além disso, notamos lavradores de cana pertencentes aos círculos da elite local e outros que eram simples plebeus. Essa complexidade social no mundo dos lavradores de cana aparece como característica base para análise do complexo em torno dos engenhos de açúcar cariocas em fins do século XVIII (CRUZ, 2022).

Tal organização girava em torno de unidades domiciliares escravistas de pequeno e médio porte. Por isso, o trabalho familiar era essencial, agregando pais, mães, filhos e filhas à faina diária. E ainda frequentemente exploravam os braços de cativos e cativas, expandindo a capacidade de produção agrícola de cada família. Era por meio desse tipo de arranjo que se desenrolava a produção do açúcar.

A importância da família em sociedades rurais brasileiras é fartamente estabelecida na literatura especializada, tanto do ponto de vista econômico, quanto demográfico (MARCÍLIO, 1977; CASTRO, 1995; FARIA, 1998; CHAYANOV, 1974; COSTA, 1977; SCOTT, 2015). No entanto, para além dessa constatação fundamental, este texto procura apresentar as relações entre as famílias, superando a dimensão restrita do grupo doméstico isolado. Em Campo Grande, as famílias existem no interior de relações de parentesco e vizinhança (WOORTMANN, 1995, p. 49).

Do ponto de vista dos reinóis, essas relações podem ser entendidas a partir

dos valores das sociedades de Antigo Regime. Elas valorizavam e muito o acionamento de redes pessoais, construídas por indivíduos ou famílias. Estas relações fundamentavam trocas de serviços e de favores, manifestas em redes de amizade, vizinhança, parentesco, linhagem ou clientela. (IMÍZCOZ, 2012; HESPANHA, 2010, pp. 52-54) E, em comunidades rurais, a troca em questão, não raro, envolvia o acesso à terra e mobilidade social. (FRAGOSO, 2010)

A percepção desses contatos sociais pode ser valorizada a partir da análise densa de pequenas dimensões geográficas. A freguesia de Campo Grande era subdividida em pequenos bairros. Essa era a instância básica de interação entre aqueles agentes sociais. Frequentemente, tais bairros tinham o mesmo nome dos engenhos locais: Cabuçú, Paciência, Mendanha, etc. O impacto desses nomes na construção da memória dos subúrbios cariocas ainda é pouco estudado, contudo, essas nomenclaturas persistem por quase trezentos anos. Muitos bairros atuais têm os mesmos nomes dos antigos engenhos, ainda que a população não faça ideia do passado açucareiro da região. (OLIVEIRA, 2016).

O bairro “apresenta uma densidade de relações e de convívio tradicional muito mais intenso e importante que a existente em nível paroquial” (SCOTT, 1999, p. 144), daí a necessidade de que nos atentemos para as especificidades sociais de cada bairro, tomando-os como ponto de partida para reflexões de uma dada área. Assim, quando falarmos em bairro estaremos nos referindo a este conceito, atento à pequena comunidade. Esta noção de bairro rural é influenciada pelos estudos de comunidade de Redfield (1989). O autor postulava o estudo de um mínimo social, coeso em torno dos sentimentos de pertença à comunidade e de solidariedade. Os vizinhos se sentiriam distintos dos demais bairros, portanto, geográfica e socialmente – assim foi pensado por trabalhos da sociologia rural (QUEIROZ, 1973; CANDIDO, 1964).

Essas questões são importantes para nossa análise, pois as famílias de

lavradores de Campo Grande parecem tocar a vida tendo como referência esses bairros rurais organizados em torno dos engenhos de açúcar. Suas redes de parentesco se articulam e se reproduzem nesses espaços.

## **A antiguidade na terra e as comunidades de parentes**

O estudo dessas comunidades passa inevitavelmente pela compreensão de suas lógicas de reprodução social e seus direitos de propriedade. Entre os temas corriqueiros dessas abordagens, a historiografia da família tem se dedicado bastante às análises dos tipos domiciliares, das lógicas de herança e das formas de parentesco (ZONABEND, 1996). Esses elementos teriam relação direta com a transmissão da terra, peça-chave em uma sociedade rural (LÉVI-STRAUSS, 2010). Como alertam alguns autores, as noções de parentesco podem determinar a sucessão dos herdeiros no patrimônio de uma dada família e, conseqüentemente, aqueles que devem ser excluídos da herança (GOODY, 1995, p. 16; CAMPS, 1992, p. 112). Por isso, neste texto, a atenção se direciona ao estudo das famílias no tempo. Assim é possível vislumbrar as configurações parentais, os valores socioculturais das famílias e seu impacto no acesso à terra ao longo das gerações.

Por se tratar de um espaço submetido institucionalmente à monarquia portuguesa, Campo Grande reverberava noções de família de uma sociedade de Antigo Regime. A partir de um modelo corporativo, ainda em vigor no reino, a família era um corpo social dotado de autogoverno (HESPANHA, vol. 4, 1992). Ou seja, no interior de sua casa, o pater detinha prerrogativas sobre filhos, cônjuges, dependentes e cativos. E estas deveriam ser respeitadas inclusive pelo monarca.

Dito isso, é importante, sem delongas, sustentar que as famílias mais antigas na região tiveram papel primordial no problema que aqui tratamos.

Em 1808, um lavrador de cana local escreve um requerimento a respeito da concessão de uma sesmaria na região de Realengo. Um dos argumentos centrais do sujeito, contrário à doação, era justamente a antiguidade de algumas famílias na região. Ele dizia:

E nos terrenos [...] moradores vivem ali com seus gados. Não haveria terras devolutas por ali, segundo [testemunho] de Diogo Marciano Barbosa. Manoel Joaquim de Souza teria pedido por sesmaria umas terras sem que pessoa alguma tivesse título [...] Ali há terras que servem para pasto de gado. Os moradores antigos deviam ficar naquele campo para comodidade e repouso dos viandantes que passam com seus gados e tropas. Tropas que vêm carregadas da Capitania de Minas com mantimentos que por ali fazem o seu repouso. Por causa disso, **estão vivendo no lugar vários pobres, alguns há 70 anos, terras de pais a filhos** [...] com sítios e **moradores antigos** [...].<sup>ii</sup> (grifo nosso)

Esse trecho apresenta um elemento interessante sobre os direitos de propriedade daquele universo açucareiro. O lavrador argumenta que as terras concedidas não eram desocupadas, antes serviam para o descanso de boiadeiros, tropeiros e viandantes que passavam por ali, vindos de rotas comerciais distintas. Neste trecho visualizamos elementos primordiais para vários lavradores de Campo Grande. De um lado, temos a importância da família e suas lógicas de transmissão da terra: são passadas de pais para filhos. Do outro lado, vislumbramos a defesa da antiguidade de um conjunto de famílias, pois viveriam ali há décadas, seriam “moradores antigos”. Veremos que o argumento utilizado pelos requerentes para a defesa das terras poderia ser utilizado por muitas outras famílias, de diversos bairros da freguesia e de diversas qualidades sociais. Portanto, é elemento-chave para a construção dos direitos de propriedade ao redor dos engenhos.

Esta antiguidade tem papel importante na geração de interessantes lógicas familiares, pois ao longo do tempo formam-se amplas comunidades de parentes entre as lavouras, imperceptíveis nos contratos agrários. Esses grupos familiares se articulam em torno de estratégias de casamento, vizinhança e transmissão de terras a fim de se perpetuarem na região.

Lembrando como abrimos este tópico, salientamos que o estudo dos direitos de propriedade é um outro caminho analítico inevitável para a compreensão das comunidades da região. Nessa leitura teórica, a propriedade se refere a direitos socialmente reconhecidos entre os indivíduos sobre determinada coisa, fugindo da noção exclusivista de propriedade (SERRÃO, 2014, p. 7). Segundo Motta (1998), tais relações de propriedade são processuais e resultado de intensas relações sociais. Nesta ótica, é a partir da atuação dos agentes que a propriedade se realiza. Por isso, podem ser muito mais do que um dado jurídico e pautadas simplesmente pelo mercado. Em resumo, o uso desse conceito de propriedade em determinada região exige reflexão histórica e contextual (ALVARENGA, 2019).

Focamos nesta freguesia para analisar tais resultados sociais sobre a terra, em um contexto marcado pela ocupação antiga do solo, pela mestiçagem, escravidão, migração e pelo açúcar. Esses elementos moldam as soluções possíveis para a realização dos direitos de propriedade localmente. As famílias de diferentes qualidades sociais construía, cotidianamente, dinâmicas sobre a terra ao se relacionar com os senhores de engenho, casar seus filhos com vizinhos, criar amizades com pessoas de outros bairros etc. O estudo dessas interações, das estratégias e das tensões daí evocadas colabora para compreensão dos seus direitos de propriedade em momento de expansão açucareira pós-Haiti e para dinâmicas de hierarquização num processo macro de expansão das mestiçagens culturais e biológicas e/ou de pluralização das qualidades sociais.

Em fins do século XVIII, longe da noção acabada de propriedade liberal, a

terra era entrecortada por uma série de direitos comunitários, senhoriais e familiares, num verdadeiro complexo de relações de propriedade (NETO, 2007). Por isso, era a “base da produção, mas também do sistema de poder e de proteção social que caracterizava todo o sistema político”, como assegura Giovanni Levi (2009). Logo, ao estudar tais comunidades de parentes acabaremos também identificando direitos de propriedade construídos em uma área açucareira, em paralelo às lógicas do mercado.

## **A comunidade de parentes socialmente branca: os Moreira da Costa**

Os canais da freguesia de Campo Grande eram organizados em torno de comunidades de parentes (CRUZ, 2022). Cada uma com suas estratégias de transmissão da terra e seus valores sociais sobre legitimidade matrimonial e qualidade social. E aqui tentaremos analisar as especificidades das comunidades socialmente brancas. Os Moreira da Costa aparecem, portanto, como porta de entrada para esse segmento.

Essa comunidade de parentesco era bastante ciosa por sua honra e pela preservação do seu status social. E isto fica muito claro por suas exigências matrimoniais. Por um lado, eles assumem a legitimidade matrimonial como forma de reprodução social. Em nossas fichas de reconstrução de paróquia, os membros da família sempre se casam e geram seus filhos em relações legítimas. Por outro lado, em todos os registros não inserem nenhum forro ou pessoa de cor em sua parentela consanguínea. São sempre socialmente brancos. Essa comunidade de parentes está sempre atenta às qualidades sociais de quem poderá ingressar na família. Logo, a pertença a um segmento social não é dada apenas por critérios mensuráveis estatisticamente, mas é entendida também como um processo, visível nas configurações familiares (BARTH, 2000).

Ao lado desses valores fundamentais, os Moreira da Costa articulam o acesso à terra por meio de estratégias familiares. Elas empregavam mecanismos que envolviam todos os seus membros. Em outras palavras, a família aparece como uma corporação dotada de certa autonomia, que gerenciava a terra e o futuro de todos os seus membros (filhos, agregados, criados, escravos, etc.), de modo que as estratégias são antes da família do que dos indivíduos (HESPANHA, 2010; CABRAL, 1989; WOORTMANN, 1995; BOURDIEU, 1997, p. 130). Nesse sentido, tentaremos demonstrar uma relação entre família e patrimônio no desenrolar das lógicas de parentesco, objetivando a continuidade nas terras.

Esses lavradores manifestam interesse na manutenção de suas terras. Diferente dos criados, caseiros ou agregados, eles possuem acesso estável à terra, preservando-se nos bairros rurais, mantendo seus nomes e costurando intensas relações de vizinhança e parentesco no decorrer do século XVIII. Nesse sentido, para analisar a comunidade de parentes dos Moreira da Costa percorremos sua longa trajetória na freguesia, identificando os seus valores nas relações com os grupos que os cercam. Dito isso, apresentaremos sua genealogia desde seu estabelecimento na freguesia de Campo Grande – construída a partir dos registros de batismo, casamento e da lista nominativa.

### Genealogia dos Moreira da Costa <sup>iii</sup>

1. Francisco Moreira da Costa é natural da freguesia de Irajá, filho de Francisco Moreira da Costa e de **Dona** Paula Pacheco. **Migra para freguesia de Campo Grande por volta de 1730**. Nesta freguesia, casa-se com Joana Maria de Jesus, natural de Campo Grande, **filha legítima** de Isabel Gomes e de Domingos Gonçalves Pereira, este último **natural de Braga**. Na década de 1730 é morador das redondezas do Juari. Nasceram do casal:

- F1. Tereza Violante casa com Vicente de Carvalho.
- F2. Rodrigo Moreira da Costa casa com Tereza Maria de Jesus.
- F3. Francisco Xavier da Costa casa com Jacinta Maria Antônia.
- F4. André Moreira da Costa casa com Florência Maria de Jesus.
- F5. Rosa Maria do Amaral casa com Manoel Rodrigues da Mota.
- F6. José Moreira da Costa (exposto) casa com Maria de Jesus.

F1. Tereza Violante é **natural da freguesia de Campo Grande, nascida em 1733**. Casa-se em primeiras núpcias com Vicente de Carvalho, **filho legítimo** de Pedro Carvalho e de Maria Alves, **natural de Braga**. Viúva, em 1773, casa-se com Alberto Caetano de Mattos, **natural de Lisboa**. Em 1797, Alberto é chefe do domicílio 152 no lugar Santo Antônio do Juari – **proprietário da terra**. Os filhos do primeiro casamento:

N1. Antônio Carvalho de Souza é **natural de Campo Grande, nascido em 1751**. Em 1774, casa-se com Rosa Francisca, natural de Irajá, **filha legítima** de Jacinto da Silveira (**natural de Lisboa**) e Maria da Conceição. É chefe do domicílio 194, em Santo Antônio do Juari – proprietário da terra.

N2. Ana Joaquina é **natural de Campo Grande, nascida em 1755**. Em 1770, casa-se com Vitorino Borges de Sampaio, **filho legítimo** de Manoel Borges de Sampaio e de Margarida Gonçalves de Faria, natural de São Paulo. Vitorino é chefe do domicílio 106, foreiro no lugar do Tinguí.

F2. Rodrigo Moreira da Costa é **natural da freguesia de Campo Grande, nascido em 1737**. Casa-se com Tereza Maria de Jesus, **filha legítima** de Antônio da Cunha de Araújo e de Maria de Almeida, natural da freguesia de Campo Grande. Rodrigo é chefe do domicílio 109, foreiro no lugar do Palmares. Os filhos do casal:

N3. Tereza Maria de Jesus é **natural de Campo Grande**. Casa-se com José Rodrigues Álvares, **filho legítimo** de Antônio Rodrigues Álvares e de Maria da Piedade, **natural da Ilha do Pico, nos Açores**. José é chefe do domicílio

110, foreiro no lugar do Palmares.

F3. Francisco Xavier da Costa é **natural de Campo Grande, nascido em 1740**. Casa-se com Jacinta Maria Antônia, **filha legítima** de Sebastião Correia e Catarina de Santana. É chefe do domicílio 98, foreiro no lugar do Tinguí.

F4. André Moreira da Costa é **natural de Campo Grande, nascido em 1750**. Em 1774, casa-se com Florência Maria de Jesus, natural de Campo Grande, **filha legítima** de Antônio Correia de Brito e Catarina Garcês. Sua esposa faz parte da casa dos Brito, é irmã dos chefes de domicílio: Leonardo Correia de Brito, chefe do domicílio 302 e partidista no Engenho de Capoeiras; Maria Correia de Brito, chefe do domicílio 310, partidistas no Engenho Capoeiras. Além disso, é tia de Francisco de Brito, chefe do domicílio 85, no lugar do Tinguí; tia de João Manoel de Brito, chefe do domicílio 76, foreiro no lugar do Tinguí.

André é partidista de cana no lugar do Santo Antônio do Juari, chefe do domicílio 197.

F5. Rosa Maria do Amaral é **natural de Campo Grande**. Em 1760, casa-se com Manoel Rodrigues da Mota, **filho legítimo** de Manoel Rodrigues da Mota e de Helena Rodrigues Coutinho, natural de Curitiba. Em segundas núpcias, em 1783, casa-se com Antônio Francisco Pinto, natural de São Paulo, filho legítimo de Manoel Ferreira de Souza e de Maria Rodrigues. Em 1797, Antônio Francisco Pinto é chefe do domicílio 137 – proprietário em Santo Antônio do Juari. Nasceram do primeiro casal:

N4. Antônio Rodrigues da Mota é **natural de Campo Grande, nascido em 1766**. Em 1794, casa-se com **Dona** Rosaura Maria de Oliveira. Sua esposa é **filha legítima** do **Tenente** Francisco de Oliveira Coutinho e de **Dona** Clara Pimenta de Oliveira. Em 1797, é chefe do domicílio 333, partidista no Engenho de Capoeiras.

N5. Josefa Tereza de Jesus é **natural de Campo Grande, nascida em 1765**. Em 1784, casa-se com João Antunes do Amaral, **filho legítimo** do **Capitão Antônio Antunes** e da **Dona Ana de Campos Feijó**, natural da Sé - RJ. Em 1797, João é chefe do domicílio 136, foreiro no lugar Santo Antônio do Juari.

F6. José Moreira da Costa é **exposto** na casa de Francisco Moreira da Costa. Em 1746, casa-se com Maria de Jesus também **exposta**. Nascem deste casal:

N6. Gertrudes Maria é **natural de Campo Grande**. Em 1764, casa-se com Miguel Nunes da Fonseca Ozório, **filho legítimo** de Manoel Nunes e da Dona Maria de Bragança, natural de Inhomirim. Miguel é chefe do domicílio 198, foreiro no lugar do Campinho.

N7. Inês Moreira da Costa é **natural de Campo Grande**. Casa-se com Domingos Afonso Pereira, **filho legítimo** de Vitoriano da Silva e de Joana Crisóstoma, **natural do Faro, Portugal**. Domingos é chefe do domicílio 130, partidista no lugar do Campinho. Nasce do casal:

BN1. Joana Maria do Espírito Santo é **natural de Campo Grande, nascida em 1768**. Em 1786, casa-se com Tomás de Melo, **filho legítimo** de José de Melo e Luiza da Conceição, natural da freguesia de Santa Cruz. Em 1797, Tomás é chefe do domicílio 111, foreiro no lugar do Manguariba. Tomás é aquele identificado como compadre do senhor do Engenho e Capitão José Antunes Suzano.

Resolvemos representar a família destes lavradores de maneira textual em razão da complexidade da teia genealógica e das informações complementares, assim, evitando uma representação gráfica um tanto caótica. Deste modo, vemos que o primeiro personagem da família na freguesia de Campo Grande aparece por volta de 1740 e que até 1797 alguns dos seus descendentes ostentam seu sobrenome.

Francisco Moreira da Costa é o pioneiro. Desloca-se da freguesia vizinha, Irajá, e instala-se em Campo Grande. Sua mãe é conhecida como *Dona* Paula Pacheco, título de prestígio segundo as valorações costumeiras do Rio de Janeiro setecentista. Com isso, tudo indica que Francisco fizesse parte de uma família prestigiada em Irajá e tenha sido forçado a migrar por conta das dinâmicas de transmissão patrimonial de sua família. É desta maneira que aparece, na década de 1730, como morador do Juari e batizando seus primeiros filhos<sup>iv</sup>.

O chefe da família consegue que todos os seus filhos se casem legitimamente e este valor é transmitido até a quarta geração, durante todo o século. Obviamente, isso não exclui a possibilidade de existirem filhos fora do casamento, mas a família oficial manifestava o comportamento da legitimidade – o único filho exposto talvez fosse bastardo, já que a ilegitimidade era o principal motivo para a exposição (BACELLAR, 2001, p. 201). Mais do que isso. Os Moreira da Costa têm o preciosismo de não só evitar a publicização de filhos adulterinos ou de que suas filhas sejam mães solteiras, como também casam todos os seus membros com outros filhos e filhas legítimas. Vejamos isto com mais calma.

Ao analisar o livro de casamentos da freguesia notamos que, no registro do casório, os padres discriminam os nomes dos cônjuges, suas qualidades sociais e também uma menção à sua origem genealógica. Deste modo, pudemos analisar alguns comportamentos desta população de noivos para o período entre 1744 e 1798. Notamos que os cônjuges que são também filhos de origem legítima se comportam de maneira diferenciada. O quadro abaixo nos apresenta esse fenômeno.

Quadro 1. Características das uniões por tipo de filiação dos cônjuges. Freguesia de Campo Grande (1744-1798)

Maridos	Esposas			
	Legítimas	Ilegítimas	Expostas	Totais
<b>Legítimos</b>	188 (78,6%)	40 (16,7%)	11 (4,6%)	239 (74 %)
<b>Ilegítimos</b>	44 (61,9%)	23 (32%)	4 (5,6%)	71 (22%)
<b>Expostos</b>	9 (70%)	3 (23%)	1 (7%)	13 (4%)
<b>Totais</b>	241 (74,6%)	66 (20,4%)	16 (5%)	323 (100%)

Fonte: Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1744-1798. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

O quadro demonstra que a maior parte dos filhos legítimos casava com outros filhos legítimos. Apenas 16,7% dos maridos “legítimos” casavam entre “ilegítimas”. E isto devido as dúvidas e possíveis manchas depreciativas que podiam pairar sobre a ascendência de filhas de pai desconhecido ou mesmo bastardas, clara demonstração de desonra familiar. Já os noivos de origem ilegítima tinham maior probabilidade percentual de se casar com cônjuges que também fossem filhos ilegítimos, como vemos em 32% dos casos.

No quadro 2 demonstramos as qualidades sociais das mães das noivas de origem ilegítima que se casam na década de 1790.

Quadro 2. Indicativos de qualidade das mães das noivas filhas ilegítimas na década de 1790.

Indicativo de qualidade da mãe da noiva	1790	%
<b>Parda/ Preta/ Crioula</b>	17	63
<b>Livre, sem cor, sem título</b>	10	37
<b>Total</b>	27	100

Fonte: Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1790-1798. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Neste período, quase 60% das noivas, filhas de relações ilegítimas, possuem mães com qualidades de cor, ou seja, com marcas da escravidão. Portanto, em Campo Grande, no período estudado, a tendência era de que as filhas ilegítimas que se casam sejam descendentes de ex-cativas, como demonstram trabalhos recentes (TOSTES, 2012). Isto deixa claro o que significava casar sua prole com filhos ilegítimos na região. Era também unir sua família a grupos recentemente ligados à escravidão.

Em resumo, os dados demonstram que os filhos ilegítimos optavam pelo casamento. No entanto, eles tinham maior dificuldade em encontrar noivos de origem legítima. Eles casavam entre si de forma muito significativa. E isso por serem, tendencialmente, frutos de mães cativas e forras – segmento de baixa consideração social vide a proximidade com a escravidão. Desta forma, fica claro o que estava por trás das escolhas dos Moreira da Costa: não se aproximar de mestiços e ex-escravos. Os ilegítimos não tinham lugar por ali. Esse fato pode ser entendido pela correlação muito saliente entre qualidade de cor e ilegitimidade, como demonstramos até aqui, o que prejudicaria a qualidade da família. Essa comunidade de parentesco branca não casava com pardos e pretos, como também evitava oficialmente qualquer possível mancha de desonra ao se afastarem de noivos de origem ilegítima.

Comunidades de parentesco socialmente brancas, como as do Moreira da Costa, estão mais próximas das relações conjugais com personagens com patentes militares e títulos de prestígio do que com os pardos e pretos. Vemos que, em 1794, Antônio Rodrigues da Mota (N4) se casa com a dona Rosaura Maria de Oliveira<sup>v</sup>. Talvez alguns desses lavradores se assemelhem ao que a professora Manoela Pedroza (2011, pp. 64-95) classificou como excluídos senhoriais – parentes empobrecidos dos senhores de engenho, afastados da sucessão no engenho e que vivem de forma subalterna.

Um outro aspecto que podemos destacar é o apego desses parentes à

terra e como isto impacta na transmissão patrimonial. Vimos que o primeiro Moreira da Costa aparece morando no bairro do Juari em meados da década de 1730. Com a escritura abaixo, vemos que o mesmo ainda estava vivo em 1783. Vejamos:

Escritura de venda de terras que fazem Inácio Xavier de [A...] e sua mulher Rita Maria de Jesus, moradores em Juari, freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, ao Tenente Francisco de Oliveira Coutinho – com 321 braças de testada com meia légua de sertão, com casa de vivenda coberta de telha, com ... também coberta de telha, com outra casa de telha na estrada que vai para Santa Cruz, [...] sitas no lugar chamado Santo Antonio, freguesia do Campo Grande, que têm sua testada onde acaba o sertão das terras do engenho ..., partindo por um lado com terras de **Francisco Moreira da Costa** e do outro com terras de Isabel de Souza, compradas a Joana(?) de Souza [...].<sup>vi</sup> (grifo nosso)

Segundo o registro acima, as terras de Francisco Moreira da Costa ficavam em um lugar chamado Santo Antônio. No livro de casamentos da freguesia de Campo Grande é possível ler, em diversos momentos, a Capela de Santo Antônio do Juari como local da realização dos matrimônios<sup>vii</sup>. Desta forma, identificamos que a área chamada apenas de Juari, em 1730, é a mesma que nas décadas de 1780 e 1790 será chamada Santo Antônio ou Santo Antônio do Juari. Essa descoberta foi fundamental para compreensão da estratégia familiar. Ainda que não tenhamos testamentos ou inventários, acredito que podemos perseguir alguns indícios da sua transmissão patrimonial. Eles se baseiam na herança como transmissão do direito de propriedade e na sucessão familiar como transmissão do status e dos papéis sociais para os descendentes. (PEDROZA, 2011, p. 144)

Dos seis filhos, quatro saem do bairro-origem da família em Santo Antônio do Juari, se casando e se mudando para bairros vizinhos, acessando à terra

através do pagamento de foro ou via partido de cana. Enquanto isso, duas filhas ficam nas terras do pai e são justamente os seus maridos e/ou filhos que chefiam as propriedades do Santo Antônio do Juari em 1797. Tereza Violante (F1) e Rosa Maria do Amaral (F5) foram escolhidas para suceder a casa, os demais filhos homens são obrigados a casar-se nos bairros vizinhos. Nota-se que os ramos de Tereza (F1) e Rosa (F5) são os únicos que aparecem como proprietários das terras, os ramos dos demais filhos homens aparecem como foreiros ou partidistas. Duas filhas ficam nas terras próprias e os demais precisam arranjar terra de outras formas.

Pina Cabral (1989) encontrou uma semelhante preferência pelas filhas nas estratégias de herança das casas camponesas do Minho. Segundo os relatos, as filhas zelariam pelo bem da família muito melhor do que as noras, cuidando dos pais na velhice. Faria (1998) encontrou o mesmo tipo de preferência, para Campos dos Goitacazes no século XVIII.

A filha Tereza Violante (F1), escolhida para suceder a casa possui um filho por nome de Antônio de Carvalho (N1). Em 1798, Antônio (N1) aparece como proprietário de um engenho de aguardente em Santo Antônio do Juari. <sup>viii</sup> Situação que indica que a sucessão acaba em suas mãos e que ele possui maior capacidade de desenvolvimento econômico do que os demais parentes. A ideia de herança igualitária, característica para plebeus lavradores, parece não ter sido seguida aqui (PEDROZA, 2011, p. 144).

Acredito que a ocupação dos canaviais cariocas respondia a essas estratégias costuradas por antigas famílias de lavradores que vão se consolidando como amplas comunidades de parentes na região, que já datavam quase 70 anos na freguesia em fins do século XVIII. Os personagens parecem ter atuado estrategicamente para manter a viabilidade da terra. São cerca de quatorze núcleos familiares, espalhados na vizinhança *intra* e *entre* bairros rurais, mas aparentados. São verdadeiras comunidades de parentes que compartilham estratégias, interesses e valores.

A estratégia dos Moreira da Costa de concentrar a sucessão nas filhas resultará num perfil de chefia dos fogos da freguesia: os homens de fora são os chefes na maior parte das vezes. Não há nenhuma dispensa por consanguinidade na casa, a estratégia é de aliança com outras famílias ou inclusão de forasteiros, preferencialmente, reinóis ou açorianos.

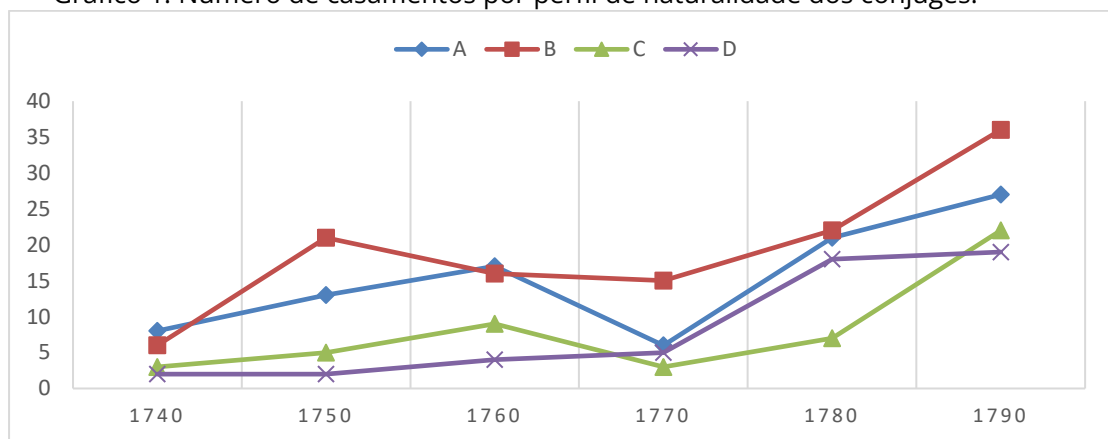
Já demonstramos em outros trabalhos que os noivos de fora dominam os casamentos na freguesia de Campo Grande, durante a segunda metade do século XVIII (CRUZ, 2020). Entre os homens, quase 75% dos noivos da freguesia são de fora, enquanto que entre as mulheres, as noivas de fora representam cerca de 55%.<sup>ix</sup> A migração de homens para freguesia é intensa em toda a segunda metade do século XVIII. Em especial, nota-se uma constante atualização de laços com açorianos e portugueses no interior das diversas comunidades de parentesco (SCOTT, 1999, p. 35; CAVAZZANI, 2013; FLORENTINO, MACHADO, 2002).

São genros açorianos e portugueses da mesma forma que muitos são filhos ou netos de portugueses. A constante inserção de portugueses e açorianos colabora para criação de uma parentela socialmente branca nas América lusa, claramente fechada aos *outros* do ultramar. Nenhum membro da comunidade aparece sequer uma vez como pardo em algum registro em todo o século XVIII. Seus valores eram bem estabelecidos publicamente. Enquanto para comunidades pardas o casamento com portugueses podia favorecer a mobilidade social, entre comunidades socialmente brancas era uma forma de manter o status e a honra familiar.

No gráfico abaixo, notamos que, em Campo Grande, a migração tinha um perfil masculino e solitário majoritariamente. A partir da década de 1770 consolida-se o perfil dos maridos de fora que se casam com esposas locais. Tal fato demonstra a estabilidade da população na região, já que os casais forasteiros são cada vez menos comuns até o fim do século. As estratégias das famílias locais consistiam justamente em casar suas filhas com

forasteiros. Ou seja, as mulheres esperam homens de fora e são as portas de entrada para as terras da região. Ao se casar, os forasteiros acessam terras e chegam a um domicílio.

Gráfico 1. Número de casamentos por perfil de naturalidade dos cônjuges.



A: Ambos os cônjuges de fora da freguesia; B: Marido de fora da freguesia, esposa de campo Grande; C: Marido de Campo Grande, esposa de fora; D: Ambos os cônjuges de Campo Grande.

Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Em grande parte do século XVIII, a prática de inserção de forasteiros era comum, tanto em comunidades brancas quanto pardas. Para esses homens recém-chegados era interessante buscar inserção nas famílias mais antigas, estabelecidas em amplas e sólidas comunidades de parentesco nos diversos bairros. Essa antiguidade na terra teria resultado numa forma social (SIMMEL, 2006, pp. 53-82) muito interessante: as comunidades de parentes. São semelhantes ao que Giovane Levi (2000) chamou de frentes familiares. Ele alerta que as estratégias familiares não podem ser compreendidas caso tomemos a família como unidade residencial isolada, mas sim em solidariedade. Para além da dimensão isolada dos fogos, destacamos as unidades parentais, que se desdobram

em teias de vizinhança e parentesco.

Essa ampla comunidade de parentesco socialmente branca procura se manter distante de pretos e pardos, pois nunca os insere em suas famílias consanguíneas formalmente. Inclusive, tem o preciosismo de atentar para a exclusão de genros que tivessem possíveis manchas da escravidão ou ilegitimidade em sua ascendência. Além disso, frequentemente promovem a absorção de genros reinóis ou açorianos. Trata-se de um segmento que busca reiterar vínculos e valores reinóis, no sentido de que talvez pudéssemos falar sobre a existência de algo como comunidades minhotas ou açorianas em terras cariocas. No entanto, esta última afirmação requer mais estudos e ainda não pode ser confirmada.

## Considerações finais

Grosso modo, este artigo procurou investigar as especificidades dos lavradores socialmente brancos em uma área rural. Foi possível identificar indícios de que eles se organizavam em torno de comunidades de parentesco, sediadas em bairros rurais ao redor dos engenhos de açúcar. Notamos que eles buscavam se afastar de vínculos consanguíneos oficiais com indivíduos oriundos da escravidão ou com ascendência mal conhecida, os filhos ilegítimos. Isto aparece como um valor, preservando a honra e o status familiar. A inserção de portugueses e açorianos colabora nesse sentido, reiterando a qualidade social da comunidade e mantendo o status de brancos no interior dos bairros e da freguesia. As escolhas das filhas para sucessão no patrimônio familiar são elucidativas. Elas atraem os reinóis para as terras. Ao mesmo tempo os filhos excedentários podem se casar com famílias socialmente brancas e de prestígio local, com patentes ou títulos como *dona*. E isto aparece como traço fundante das estratégias de composição familiar em nível comunitário. É uma forma de se afastarem das comunidades mestiças locais, muito mais abertas à diferença social.

Em um momento de crescimento demográfico de pardos e pretos, as comunidades de parentesco socialmente brancas parecem ter sido bastante criteriosas nas suas práticas de casamento e na escolha dos cônjuges. Além disso, viam nos açorianos e portugueses uma forma de preservar valores e se distanciar do *outro* no ultramar.

## NOTAS

**i** Essa descrição da região aparece em “Dos animais silvestres” e “Das estradas”: Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

**ii** Nº 01939, BI 16.73, Microfilme: 063-2000. Sesmarias, município do Rio de Janeiro - Inventário analítico (1731-1858). Código do Fundo: BI/ Seção de Guarda: SDE, Instrumento SDE 035. Arquivo Nacional - Rio de Janeiro.

**iii** Genealogia baseada nos documentos seguintes: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ). Livro de batismos de livres e forros da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1706-1741, ACMRJ. Livro de batismos de livres e forros da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1745-1765, ACMRJ. Livro de batismos de livres e forros da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1777-1811. ACMRJ. E também na lista nominativa da freguesia de Campo Grande. Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 163, Doc. 12203.

**iv** Batismo de Teresa, 22/12/1733 Livro de batismos de livres e forros da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1707-1740, ACMRJ, fl. 41v.

**v** Casamento de Antônio Rodrigues da Mota e Rosaura Maria de Oliveira, 23/07/1794. Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa

Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, fl. 103.

**vi** Escritura de 25/08/1783. Arquivo Nacional, 2º Ofício de Notas, 113. Disponível em <<http://mauricioabreu.com.br/escritura?id=4496>>. Acessado em 20/08/2022.

**vii** Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, fl. 74.

**viii** Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

**ix** Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

## Bibliografia

ALVARENGA, Felipe de Melo. **De terras indígenas à Princesa da Serra Fluminense**: o processo de realização da propriedade cafeeira em Valença (Província do Rio de Janeiro, século XIX). São Paulo: Paco Editorial, 2019.

AMORIM, Maria Norberta. Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvidas sobre registros portugueses. *Boletim da ADEH*. IX, 1, pp. 7-25, 1991.

BACELLAR, Carlos. **Viver e sobreviver**

- em uma vila colonial:** Sorocaba, séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001.
- BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **LASK, Tomke (Org.). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2000.**
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre teoria da ação. Editora: Papyrus, 1997.
- CAMPS, Joan Bestard. La estrechez del lugar. Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas. In: JIMÉNEZ, Francisco Chacón; FRANCO, Juan Hernández (Eds.) **Poder, familia y consanguinidad en la España del Antiguo Régimen.** Barcelona: Anthropos Editorial del Hombre. 1992.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e a Transformação dos seus meios materiais de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CASTRO, Hebe M<sup>a</sup> Mattos. **As cores do silêncio:** significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- CAVAZZANI, André. *Tendo o sol por testemunha:* população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-c.1830) (2013, 352 folhas) São Paulo: Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2013.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Lisboa: Edições 70, 2019.
- COSTA, Iraci del Nero. A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *Revista do IEB.* São Paulo, IEB-USP, (19), pp. 17-34, 1977.
- CRUZ, J. A. D. da Terra de Pardo: entre forros, reinóis e lavouras de cana - Campo Grande, Rio de Janeiro, 1720-1800. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 61, pp. 37-77, 2020.
- CRUZ, Jerônimo A. D. **Um Rio açucareiro:** lavradores em Campo Grande, séc. XVIII. Concurso de monografias do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos. Rio de Janeiro, 2022.
- FARIA, Sheila. **A Colônia em Movimento:** Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, Roberto Guedes. **Egressos do cativo:** trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Ed. MAUADX,

2008.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX. In: LESSA, Carlos (org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio moderno**. Rio de Janeiro, Record/Faperj, 2002.

FRAGOSO, João. Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul-dez., 2010.

FRAGOSO, João. Monarquia Pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime dos Trópicos. Séculos XVI-XVIII. In: FRAGOSO, J. SAMPAIO, A. **Monarquia Pluricontinental e a Governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Editora MauadX, 2012.

GOODY, Jack. **Família e casamento na Europa**. Oeiras: Celta Editora, 1995.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica. (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HESPANHA, A M. A Ordem In: **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. SP: Ed. AnnaBlume, 2010.

HESPANHA, António M. A família In: MATTOSO, José; HESPANHA, António M. (org.) **História de Portugal, vol. IV**. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Ed Estampa. 1992.

IMÍZCOZ, José Maria B. El entramado social y político. In: FLORISTÁN, Alfredo (Org.) **Historia de España en la Edad Moderna**. Ariel: Universidad del País Vasco, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 2010.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. In OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de.; ALMEIDA, Carla, Maria C. de. **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LEVI, Giovanni. Frail Frontiers? In: GHOBRIAL, John-Paul (ed.). Global History and Microhistory. *Past and Present*, 14, pp. 37-49, 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas**. São Paulo: Ed. Novos Ubrais, 1977.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do**

- poder:** conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- NETO, Margarida Sobral. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna. In: MOTTA, Márcia M. M. (Org.) **Terras Lusas:** a questão agrária em Portugal. Niterói: Editora UFF, 2007.
- OLIVEIRA, Víctor L. A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n. 10, pp. 233-258, 2016.
- PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo:** uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI-XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.
- PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da moral:** redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (RJ, séc. XIX). Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2011.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Bairros rurais paulistas:** dinâmicas das relações bairro rural – cidade. São Paulo: Livraria duas cidades, 1973.
- RAPPAPORT, Joanne. **The Disappearing mestizo.** Configuring Difference in the Colonial New Kingdom of Granada. Durham, London: Duke University Press, 2014.
- REDFIELD, Robert. A Whole. In: **The Little Community and Peasant Society and Culture.** Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Entre a “curva” e o “caso”: três décadas de história da família no Brasil. LIBBY, Douglas; MENESES, José Newton; FURTADO, Júnia F.; FRANK, Zephyr L. (Orgs.) **História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX):** Novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX).** Guimarães: NEPS, 1999.
- SERRÃO, José Vicente O quadro humano. MATTOSO, José; HESPANHA, António M. **História de Portugal vol. IV:** O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Ed. Estampa, 1992.
- SERRÃO, José Vicente. Property, land and territory in the making of overseas empires In: SERRÃO, José Vicente, DIREITO, Bárbara, RODRIGUES, Eugénia, MIRANDA, Susana M. (Orgs.) **Land and Territory in the European Overseas Empires.** Lisboa, CEHC, ISCTE-IUL. 2014.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo

- 
- e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.
- TOSTES, Ana P. C. *O lugar social dos homens "pardos" no cenário rural da Cidade do Rio de Janeiro* (Recôncavo da Guanabara, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, século XVIII). (maio/2012, 132 folhas). Dissertação de mestrado. UFRJ/IH, 2012.
- VRIES, Jan de, *Playing with Scales: The Global and the Micro, the Macro and the Nano*. In: GHOBRIAL, John-Paul (ed.). *Global History and Microhistory, Past and Present*, 14, pp. 23-36, 2019.
- WOORTMANN, Elle F. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do Sul, sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: HUCITEC, Ed. UNB, 1995.
- XAVIER, Ângela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira (org.) **O governo dos outros:** poder e diferença no Império português. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2016.
- ZONABEND, Françoise. Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIÈRE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALLEN, M.; ZONABEND. **História da família:** mundos longínquos, mundos antigos, vol. 1. Lisboa: Terramar Ed., 1996.